

Kassab critica 'Times Square paulistana' e condiciona apoio à lei

Ex-prefeito diz que projeto no Centro não pode comprometer Lei Cidade Limpa

O ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab afirmou nesta segunda-feira (27) que pode se posicionar de forma contrária ao projeto conhecido como "Times Square paulistana" caso a iniciativa interfira nas regras da Lei Cidade Limpa. A proposta prevê a instalação de grandes painéis de LED na região central da capital e tem sido apresentada como parte de um conjunto de ações voltadas à revitalização urbana.

Gilberto Kassab, responsável pela criação da legislação no ano de 2006, ressaltou que qualquer alteração que fragilize as normas vigentes deve ser rejeitada. A lei foi implementada com o objetivo de reduzir a poluição visual na cidade, estabelecendo critérios rígidos para a exibição de publicidade em espaços públicos e privados visíveis da rua. Desde aquela época, tornou-se um dos marcos da política urbana paulistana.

O projeto em discussão envolve o cruzamento das avenidas São João e Ipiranga, onde está prevista a instalação de quatro painéis luminosos de grande porte em edifícios estratégicos. A iniciativa foi analisada e aprovada por órgãos técnicos municipais, incluindo a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), responsável por fiscalizar o cumprimento das diretrizes da legislação.

Durante participação em evento no interior do estado, Kassab reforçou que a Lei Cidade Limpa representa uma conquista consolidada e amplamente aceita pela população. Segundo ele, mudanças que afetem sua essência podem ser interpretadas como um retrocesso em relação aos avanços obtidos na organização visual da cidade ao longo dos últimos anos.

O tema ganhou visibilidade também após manifestações públicas do governador Tarcísio



Kassab ressaltou que qualquer alteração que fragilize as normas vigentes deve ser rejeitada

de Freitas, que divulgou conteúdos nas redes sociais apresentando uma versão ampliada do projeto, com uso de imagens geradas por inteligência artificial. As simulações mostravam fachadas de prédios cobertas por publicidade digital, em referência ao modelo adotado na cidade de Nova York, nos Estados Unidos. As publicações tiveram grande repercussão.

Apesar disso, o projeto aprovado tem escopo mais limitado. A proposta estabelece a instalação de quatro telões e uma projeção em fachada histórica, com regras específicas para funcionamento e conteúdo exibido. A publicidade será restrita a até 30% do tempo total, enquanto o restante será destinado a informações culturais e utilidade pública para a cidade.

O plano também prevê contrapartidas urbanísticas, como intervenções em espaços públicos e melhorias em áreas pró-

ximas. O investimento inicial estimado é de cerca de R\$ 44 milhões, com recursos provenientes exclusivamente da iniciativa privada. A execução do projeto ficará a cargo de empresas responsáveis pela exploração comercial dos espaços publicitários dos painéis eletrônicos.

O projeto integra um conjunto mais amplo de medidas voltadas à requalificação do Centro, defendidas pela gestão do prefeito Ricardo Nunes.

Ações previstas

Entre as ações citadas estão iniciativas habitacionais, reforço na segurança pública e intervenções urbanísticas para estimular a circulação de pessoas na região.

De acordo com o governo estadual, há previsão de ampliação do efetivo policial no Centro, com o objetivo de garantir segurança para frequentadores e moradores. A proposta também inclui a realização de even-

tos culturais e a possível restrição do tráfego de veículos em determinados períodos, especialmente nos fins de semana.

Regras de operação

As regras de operação dos painéis incluem limites de luminosidade, horários de funcionamento entre 5h e 23h e restrições quanto ao tipo de conteúdo que será exibido. Também estão proibidas animações que possam causar distrações no trânsito ou comprometer a visibilidade de sinalizações urbanas na região.

A expectativa é que o boulevard comece a operar ainda neste ano de 2026, dependendo da implementação das estruturas e do cumprimento das exigências técnicas por parte das empresas. O tema segue em debate, com diferentes avaliações sobre os impactos urbanísticos, visuais e culturais da proposta para a região central da cidade.

Entidades cobram solução para família retida em Aeroporto de Guarulhos

Éric Ribeiro/Setur-SP

Mais de dez organizações que atuam na defesa de migrantes, refugiados e pessoas em situação de mobilidade divulgaram um manifesto cobrando providências para a situação de uma família egípcia retida na área restrita do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, desde o dia 8 de abril. O documento pede a adoção de medidas urgentes, com garantia de atendimento médico adequado e uma solução baseada em critérios humanitários.

A família é composta por um casal e dois filhos pequenos. A mulher está na 34ª semana de gestação e apresenta quadro de diabetes gestacional, o que exige acompanhamento contínuo. Segundo a defesa, houve um episódio recente em que a gestante relatou ausência de movimentos

fetais, o que motivou a busca por atendimento médico. O socorro, no entanto, não teria ocorrido de forma imediata, o que aumentou a preocupação com o estado de saúde da mãe e do bebê.

De acordo com as entidades, a permanência prolongada em área restrita, sem definição sobre o pedido de refúgio, coloca a família em condição de vulnerabilidade e pode representar violação de direitos fundamentais. Entre os pontos citados estão o direito à saúde, à dignidade da pessoa humana e à proteção integral de crianças e gestantes.

O manifesto também destaca a ausência de uma resposta rápida e coordenada entre os órgãos responsáveis pela análise do caso, como autoridades migratórias e instâncias do governo federal.



Desembarque internacional no Aeroporto Internacional

Para as organizações, a falta de articulação contribuiu para o prolongamento da situação e aumenta os riscos envolvidos.

O documento ainda faz referência a ocorrências anteriores

registradas no mesmo aeroporto, envolvendo estrangeiros que permaneceram retidos por longos períodos enquanto aguardavam decisões administrativas. Segundo as entidades, esses precedentes

reforçam a necessidade de revisão de práticas e de maior atenção a casos com características humanitárias.

Além da garantia de atendimento médico contínuo à gestante, as organizações solicitam condições dignas de permanência para a família, acompanhamento por instituições de direitos humanos e análise urgente do pedido de refúgio. Também manifestam preocupação com a possibilidade de adoção de medidas de repatriação sem a devida avaliação das condições de saúde e vulnerabilidade dos envolvidos.

A defesa da família afirma que já acionou autoridades federais e entidades da sociedade civil em busca de uma solução. Até o momento, não houve manifestação pública oficial sobre o caso.